

Questões emergentes para os estudos em educação ambiental no Grupo de Pesquisa em Contextos Não Escolares do XI EPEA

Emerging issues for studies in environmental education in the Research Group on Non-Schools Contexts of the XII EPEA

Cuestiones emergentes para los estudios em educación ambiental en el Grupo de Investigación en Contextos No Escolares de la XI EPEA

Daniel Fonseca de Andrade¹
Thais Brianezi²

Resumo

Este artigo tem como objetivo contribuir para o aprimoramento do Grupo de Discussão de Pesquisa (GdP) *Pesquisa em Contextos Não Escolares* vinculado ao Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, a partir da sistematização e avaliação da práxis reflexiva, realizada no referido grupo, durante a mais recente edição do Encontro, realizada em 2023 em Salvador, BA. O texto apresenta detalhes sobre o GdP, explicita a dinâmica de organização e a composição do grupo nessa versão do evento, aborda os trabalhos apresentados e suas interfaces, arranjando-os em dois grupos, por afinidade: a) em lugares geográficos e b) lugares temáticos, além de trazer questões-chave que emergiram nas dinâmicas do GdP que são relevantes para pesquisas na área. Nesse aspecto, primeiro, destaca a necessidade dos grupos do EPEA irem além da identidade pela negação, buscando outras formas de enquadramento de fenômenos, mais compatíveis com reflexões teóricas e epistemológicas mais atuais do campo, que valorizem as diversas formas de aprendizagem. Segundo, enfatiza a necessidade de superação de abordagens normativas, dicotômicas, pautadas em expectativas epistemológicas de pureza, que criam ambientes hostis para educadores(as) e pesquisadores(as) que atuam em contextos não escolares, muitas vezes marcados por assimetrias explícitas de poder e conflitos diários, definidos, inclusive, pelas formas de financiamento dessas atividades. Por fim, o texto remete à necessidade de busca constante pelo encontro, do diálogo de sujeitos, saberes e abordagens, com fins à valorização de perspectivas múltiplas inclusive no que se refere a construção dos mundos que queremos, ou das sociedades, no plural.

Palavras-chave: Educação Ambiental Não Formal. Educação Ambiental nas Políticas Públicas. Educação Ambiental em Unidades de Conservação. Pesquisa em Educação Ambiental.

Abstract

This article aims to contribute to the improvement of the Research Discussion Group (GdP) *Research in Non-School Contexts of the Research in Environmental Education Meeting*, based on the systematization and evaluation of the reflective praxis carried out in the aforementioned group during the most recent edition of the Meeting, held in 2023 in Salvador, BA. The text presents details about the GdP, explains the organizational dynamics and composition of the group in this version of the event, addresses the papers presented and their interfaces, arranging them into two groups, by affinity: a) geographic places and b) thematic places. In addition, it brings up key issues that emerged in the dynamics of the GdP that are relevant for research in the field. In this aspect, first, it highlights the need for EPEA groups to go beyond identity through denial, seeking other ways of framing phenomena, more compatible with more current theoretical and epistemological reflections in the field, which value different forms of learning. Second, it emphasizes the need to overcome normative, dichotomous approaches, based on epistemological expectations of purity that create hostile environments for educators and researchers who work in non-school contexts, often marked by explicit asymmetries of power and daily conflicts, which are defined, also, by the forms through which these activities are financed. Finally, the text refers to the need for a constant search by the Meeting, of dialogue between subjects, knowledges and approaches, with the

¹ Instituto de Biociências da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. E-mail: daniel.andrade@unirio.br.

² Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). E-mail: tbrianezi@usp.br.

aim of valuing multiple perspectives, including with regard to the construction of the worlds we want, or societies, in plural.

Keywords: Non-formal Environmental Education. Environmental Education in Public Policies. Environmental Education in Protected Areas. Research in Environmental Education.

Resumen

Este artículo pretende contribuir al perfeccionamiento del Grupo de Discusión de Investigación (GdP) Investigación en Contextos No Escolares, vinculado al Encuentro de Investigación en Educación Ambiental, a través de la sistematización y evaluación de la praxis reflexiva, realizada en el citado grupo, durante la más reciente edición del Encuentro, realizada en 2023 en Salvador, BA. El texto presenta detalles sobre el GdP, explica la dinámica organizativa y composición del grupo en esta versión del evento, aborda los trabajos presentados y sus interfaces, ordenándolos en dos grupos, por afinidad: a) lugares geográficos y b) lugares temáticos. Además de traer a colación temas claves surgidos en la dinámica del GdP que son relevantes para la investigación en el área. En este aspecto, en primer lugar, se destaca la necesidad de que los grupos de EPEA vayan más allá de la identidad a través de la negación, buscando otras formas de enmarcar los fenómenos, más compatibles con reflexiones teóricas y epistemológicas más actuales en el campo, que valoren las diferentes formas de aprendizaje. En segundo lugar, enfatiza la necesidad de superar enfoques normativos y dicotómicos, basados en expectativas epistemológicas de pureza, que crean ambientes hostiles para los educadores e investigadores que trabajan en contextos no escolares, a menudo marcados por asimetrías explícitas de poder y conflictos, que están definidos, incluyendo por las formas de financiación de estas actividades. Finalmente, el texto se refiere a la necesidad de una búsqueda constante del encuentro, del diálogo entre sujetos, saberes y enfoques, con el objetivo de valorar múltiples perspectivas, incluso en lo que respecta a la construcción de los mundos o sociedades que queremos, en el plural.

Palabras clave: Educación Ambiental No Formal. Educación Ambiental en Políticas Públicas. Educación Ambiental en Unidades de Conservación. Investigación en Educación Ambiental.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo contribuir para o aprimoramento, necessariamente constante, do Grupo de Discussão de Pesquisa (GdP) *Pesquisa em Contextos Não Escolares*, vinculado ao Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA) e, portanto, de forma indireta, para os estudos da área como um todo. Buscamos concretizar o objetivo a partir da sistematização e avaliação da práxis reflexiva, realizada no referido GdP, durante a mais recente edição do Encontro, o XI EPEA, realizado entre os dias 7 e 10 de maio de 2023 em Salvador, no campus Ondina da Universidade Federal da Bahia.

Um levantamento realizado nos anais do EPEA disponíveis no sítio *Encontro Pesquisa em Educação Ambiental*³ revelou que o GdP *Pesquisa em Contextos Não Escolares* existe, de forma ininterrupta, desde 2011, quando foi realizado pela primeira vez durante a sexta edição do evento, em Ribeirão Preto. Doze anos depois, no XI EPEA, a ementa que delimitou a natureza dos trabalhos a serem selecionados anunciou o escopo do GdP da seguinte forma:

Pesquisas de processos de educação ambiental (EA) que acontecem em espaços da chamada educação não formal, informal e popular, previstas na Política Nacional de Educação Ambiental (ProNEA); Investigações de políticas públicas, programas e projetos de EA em nível federal, regional, estadual, municipal e local; a educação ambiental no âmbito da gestão participativa de unidades de conservação; experiências de articulação de educadores(as) ambientais em coletivos e redes; as interfaces entre

³ <http://www.epea.tmp.br/>. Acesso em 28 ago. 2023.

EA, educomunicação, interseccionalidades, bem comum e bem viver⁴ (XI EPEA, 2023).

A referência ao conceito de bem viver (Acosta, 2016; Mamani, 2010; Brianezi; Viana, 2023), presente na ementa da 6ª edição do GdP *Pesquisa em contextos não escolares* é bastante significativa. Por um lado, ela dialoga com a questão central do XI EPEA: *Pesquisa em Educação Ambiental, antiecológismo e práxis ecológica: quais conhecimentos para qual sociedade?*. Por outro, coloca em xeque o uso do singular em *sociedade* nessa pergunta orientadora, nos convidando a reconhecer que diversos não são apenas os conhecimentos, mas, também, as formas de ser e estar no mundo, a necessária e benéfica pluriversidade (Acosta, 2021).

Fazemos este destaque porque levantamos aqui a hipótese de que o antiecológismo - que é um conceito que identifica posicionamentos explícitos que são contrários à proteção da vida no planeta, e que passaram a ser comuns no Estado brasileiro - pode estar sendo praticado dentro do próprio campo da Educação Ambiental, mesmo que de forma inconsciente. Há índices implícitos de antiecológismos, por exemplo, em discursos provenientes de matrizes marcadamente antropocêntricas, que separam sociedade e natureza e não reconhecem várias outras epistemologias e ontologias existentes no planeta (Latour, 1994, 2004, 2020a, 2020b; Coccia, 2020). O reconhecimento desse possível antiecológismo epistêmico e ontológico tornou-se explícito com a emergência de discursos de lideranças de povos originários (Cohn, 2015; Kopenawa; Albert, 2015; Krenak, 2020a; 2020b; Tukano, 2022; Xacriabá, 2022; Yxapyry, 2022) e de autores que se alinham com vertentes decoloniais de pensamento (Quijano, 1992; Gudynas, 2016; Acosta, 2016, 2021).

A partir dessas premissas iniciais, este texto está organizado em outras quatro seções: na seção 2 apresentamos, brevemente, dados da constituição e do funcionamento do GdP *Pesquisa em Contextos Não Escolares*, de 2023. A seção 3 traz um panorama geral dos trabalhos apresentados no GdP no XI EPEA, buscando identificar e analisar suas interfaces. Já na seção 4, destacamos as questões gerais para a pesquisa na área que emergiram a partir dos diálogos durante o GdP. E, por fim (seção 5), buscamos retomar e explicitar algumas recomendações resultante dessa práxis reflexiva.

2 Dinâmica e composição do GdP em 2023

Conforme a programação do XI EPEA, os GdP foram alocados para ocorrer em dois encontros, nos dias 8 e 9 de maio, em dois momentos sequenciais que deveriam se repetir ambos os dias: a) um dedicado às apresentações dos trabalhos selecionados; b) e outro voltado aos diálogos mais transversais sobre as pesquisas em educação ambiental na área delimitada por cada GdP.

O universo do GdP *Pesquisa em Contextos Não Escolares* no XI EPEA foi composto por dezoito trabalhos aprovados, que foram distribuídos igualmente, nos dois dias, em função de afinidade - ficando, portanto, nove trabalhos por dia. Pela programação organizada, esses trabalhos seriam apresentados em blocos de três, com doze minutos para cada apresentação, com mais vinte minutos de discussão ao final de cada bloco para questões relativas aos três textos. Tal distribuição buscou a melhor eficiência na organização do tempo tanto para as apresentações quanto para discussões posteriores. Conforme já explicado, ao final das apresentações, nos dois dias, seguir-se-ia a realização dos diálogos mais gerais do GdP em si, buscando relação com temáticas transversais que emergiram dos trabalhos apresentados e com a pergunta orientadora do XI EPEA.

⁴ <https://epeabahia2023.uefs.br/o-evento/gdp>. Acesso em 28 ago. 2023.

Dos dezoito trabalhos submetidos e aprovados para o evento para este GdP, estiveram presentes para apresentação, autores e autoras de onze trabalhos (sete no primeiro dia e quatro no segundo dia). Isso acabou por alterar, de forma orgânica e pactuada com todos e todas, a dinâmica das apresentações e a relação delas com o GdP, que acabou *ganhando* mais tempo para as discussões. Destacamos, aqui, no entanto, que as ausências foram muito sentidas pela coordenação do GdP, não só pela qualidade dos trabalhos recebidos e pela sua provável contribuição para o campo da Educação Ambiental, uma vez publicados nos anais, como também pelo potencial que tinham de ampliar os aportes para as discussões no grupo. É preciso ressaltar, entretanto, que optamos por delimitar o escopo das sistematizações e reflexões compartilhadas neste artigo aos onze trabalhos que foram, de fato, apresentados e debatidos durante o XI EPEA.

Para além da dinâmica de funcionamento, descrita acima, elementos importantes que contribuíram para dar forma aos diálogos do GdP dizem respeito à sua constituição. Primeiro, a maior parte das integrantes eram mulheres: todos os onze trabalhos, nos dois dias, foram apresentados apenas por pesquisadoras. E somente no segundo dia é que houve, nas discussões mais gerais, a participação de dois homens no grupo, com exceção do coordenador do GdP.

Esse dado, em um contexto bem pequeno, confirma o que já foi encontrado em outra pesquisa sobre o perfil de pesquisadores e pesquisadoras da educação ambiental, como sendo um lugar ocupado predominantemente por mulheres (Farias; Carvalho; Borges, 2018). Mais recentemente, o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental - FunBEA, em parceria com o Instituto Clima e Sociedade - iCS e o Programa Cemaden Educação, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – Cemaden, coordenou um processo participativo de elaboração de diretrizes educadoras para o enfrentamento da emergência climática. Na etapa de consulta pública, que aconteceu no período de 12 de junho a 23 de julho de 2023, por meio de um formulário online, 62% das 236 pessoas que contribuíram com a elaboração das Diretrizes de Educação Ambiental Climática se reconheciam como mulheres cisgênero (Trajber; Brianezi; Biasoli, 2023).

Segundo, outra característica interessante do GdP foi que ele, em coerência com a sua intenção, reuniu não apenas pesquisadoras e pesquisadores provenientes de universidades e centros de pesquisa. Estiveram presentes, também, pessoas que realizam pesquisas vinculadas à gestão ambiental, na condição de servidoras públicas do Executivo federal, estadual ou municipal. Um exemplo foram três gestoras públicas do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (Idema-RN), que apesar de terem perdido o prazo para o envio de seus trabalhos, fizeram questão de vir ao XI EPEA e participar do GdP *Pesquisa em Contextos Não Escolares*, no qual foram presença ativa nos dois dias do encontro, contribuindo com os debates a partir, também, de suas próprias pesquisas e experiências.

Essa presença é importante de ser ressaltada, porque demonstra o potencial desse grupo em ir além do olhar exclusivamente acadêmico e incorporar perspectivas pesquisantes provenientes de outros lugares, como a gestão ambiental. A presença de gestoras ambientais em um encontro de pesquisa em educação ambiental é, da mesma forma, sinal da busca que instituições do tipo têm feito de se aproximar de pesquisadores do campo, e um lembrete da importância que é, para a academia, buscar parcerias junto a ministérios, secretarias estaduais e municipais, unidades de conservação ou outros órgãos da gestão pública brasileira etc.

Além disso, a presença de pesquisas realizadas fora da academia no GdP se reflete, também, no dado de que os artigos apresentados, quase que na totalidade, versavam sobre práticas ou casos concretos de educação ambiental. Isso demonstra um compromisso muito grande das pesquisadoras com a ação, ou ainda, com a práxis, visto que, com as pesquisas, geram dados e reflexões que têm o potencial de retroalimentar as práticas executadas, além de produzirem elementos que podem ser utilizados na composição ou avaliação de outras práticas.

Esse vínculo forte da pesquisa com a ação é uma tendência que não é nova e que já foi identificada no âmbito do IEPEA, realizado em 2001⁵.

Por fim, nesta seção de contextualização da dinâmica e composição do GdP, é válido registrar que as participações foram *flutuantes*, mas com engajamento crescente: no primeiro dia de GdP, composto por quinze pessoas, apenas uma autora que apresentaria seu trabalho no segundo dia esteve presente. Já no segundo dia, marcado por cinco ausências de autoras e autores de trabalhos aprovados, todas as autoras que haviam apresentado trabalho no primeiro dia participaram novamente, além da chegada de pessoas novas para e durante o GdP.

3 Interfaces entre os trabalhos apresentados

Na dinâmica de apresentação dos trabalhos no GdP em blocos de três, já explicitada na seção anterior, a lógica que guiou a formação desses agrupamentos foi a busca por características comuns de interface. Nesse sentido, as afinidades identificadas estavam relacionadas aos *lugares* nos quais esses trabalhos aprovados no GdP estavam situados, podendo ser resumidas em dois grandes subgrupos: a) lugares geográficos; b) lugares temáticos. A seguir, abordamos cada um deles.

3.1 Lugares geográficos

A categoria *lugares geográficos* englobou os trabalhos que demarcaram muito bem o *contexto não escolar* em que foram realizados, tendo como *locus* as unidades de conservação (Formenton; Silva, 2024; Sobrinho *et al.*, 2023; Blengini *et al.*, 2023) e as áreas verdes rurais e urbanas (Ribeiro *et al.*, 2023; Dutra; Rodrigues, 2023; Hofstatter; Iared, 2023).

Nathália Formenton e Rosana Louro Ferreira Silva são as autoras do trabalho *Educação Ambiental e gestão de unidade de conservação: um processo participativo na elaboração de um Programa de Educação Ambiental sob a ótica da Complexidade e da Aprendizagem Social*, fruto de uma pesquisa participante nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Corumbataí-Piracicaba. O artigo apresenta dados parciais de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento, que busca responder como a elaboração coletiva do Programa de Educação Ambiental (PEA) das APAs em questão, por meio de dez encontros remotos da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação (CTEACom) dessas UCs, dialogou ou não com os princípios da aprendizagem social e da complexidade.

A gestão participativa também foi o foco do trabalho apresentado por Bruno Bastos Linhares Sobrinho, Valdelice Leite Barreto, Isabelle Aparecida Dellela Blengini e Sandy Gabrielly Souza Cavalcanti, com o título *Inclusão da comunidade de entorno por meio de projetos de educação ambiental no monumento natural Grota do Angico, Sergipe*. Esta UC foi o local em que Lampião faleceu e há disputas narrativas sobre sua morte: na história do cangaço explorada nas visitas, o líder ora é apresentado como herói, ora como bandido.

Entender se, e como, estava acontecendo a educação ambiental nas oito Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) de Sergipe foi o objetivo do artigo *Instrumentos para a pesquisa em educação ambiental em unidades de conservação*, escrito por Isabelle Aparecida Dellela Blengini, Ádria Maria de Oliveira Ribeiro, Sandy Gabrielly Souza Cavalcanti, Valdelice Leite Barreto e Cae Rodrigues. Dos sete proprietários de RPPNs que responderam ao questionário elaborado pelo grupo, só dois afirmaram que já realizam ou estão dispostos a realizar ações de educação ambiental nessas áreas.

Novamente Ádria, Isabelle, Valdelice e Sandy, dessa vez acompanhadas por Bruno Bastos Linhares Sobrinho, foram as autoras de outro trabalho sobre educação ambiental em

⁵ http://www.epea.tmp.br/epea2001_anais/welcome/. Acesso em 28 ago. 2023.

áreas verdes rurais, privadas: *Proposta de implementação de uma Trilha Interpretativa na Nascente do Rio Piauí em Riachão do Dantas*. O planejamento da trilha, que ainda não havia sido implementada, foi apresentado no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piauí, com objetivo de fortalecer o histórico de contribuição socioambiental do povoado de Palmares, uma comunidade tradicional existente no entorno da trilha, e gerar renda para esses moradores.

Ainda no âmbito das áreas verdes, agora urbanas, no artigo *A Educação ambiental e as visitas escolares no Jardim Botânico da UFJF: O que pensam os(as) monitores(as) ambientais?*, Drielli Vivian Selleri de Souza Dutra e Angélica Cosenza Rodrigues apresentaram a mobilização social em prol da preservação de fragmentos de Mata Atlântica no centro urbano de Juiz de Fora (MG), na qual a comunidade disputou a destinação da área com um condomínio de luxo que já possuía, em 2006, licença prévia para instalação. A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), integrante da mobilização, em 2010 comprou a área e instalou o Jardim Botânico, aberto à visita pública (espontânea ou agendada), com monitoria que busca explicitar esse histórico de luta e contemplar múltiplos saberes.

Também tendo como escopo a educação ambiental promovida em áreas verdes urbanas, Lakshmi Juliane Vallim Hofstatter e Valéria Ghislotti Iared apresentaram o trabalho *Reflexões e aprendizados sobre multissensorialidades com o mundo mais-que-humano nas áreas verdes urbanas no contexto pandêmico brasileiro*. Elas combinaram, por meio de uma perspectiva fenomenológica, vivências e pesquisas realizadas em Salvador (BA) e Palotina (PR) - incluindo a metodologia das chamadas *walking interviews*, ou entrevistas durante caminhadas, que se configuraram, também, como importantes momentos de socialização e desfrute de áreas verdes, cuja essencialidade se evidenciou durante o isolamento físico provocado pela pandemia da Covid-19.

3.2 Lugares temáticos

A categoria *lugares temáticos* compreendeu trabalhos em que o enfoque foi colocado não sobre o lugar geográfico em si, mas sobre o conteúdo abordado ou o público a quem foi direcionada a ação de Educação Ambiental pesquisada. Foram inseridos trabalhos sobre licenciamento ambiental (Pozenato; Dias; Walter, 2023), sobre a contribuição das metodologias da chamada educação ambiental não formal para as escolas (Correa; Sampaio, 2023; Ferreira; Ueno, 2023), sobre a relação infância e natureza (Nascimento; Gonçalves, 2023) e sobre a chamada educação ambiental climática (Leda *et al.*, 2023).

Em *Plantas, artes e afetos: sementes para educações ambientais outras*, Mayra Velloso Correa e Shaula Maíra Vicentini de Sampaio destacaram a potência estética e ética do encontro entre arte, cultura popular, ativismos urbanos e educação ambiental, a partir de oficinas que realizaram dentro de aulas de Biologia com uma turma do 1º ano do Ensino Médio.

Na mesma linha, mas a partir de uma reflexão mais abstrata, em *Caminhos alternativos para a educação ambiental escolar: a importância dos espaços não formais de ensino*, Mariana de Andrade Ferreira e Helene Mariko Ueno iluminaram sobre como, mesmo na escola, as práticas de educação ambiental podem se inspirar em estratégias da educação popular.

A potência da perspectiva lúdica foi ressaltada, também, por Maria Luiza Freitas Marques do Nascimento e Patrícia Martins Gonçalves, no artigo *Aprendizagem ao brincar: criança, natureza e povos tradicionais*. As autoras destacaram como a visão que temos de infância como futuro, como projeto (não como valor intrínseco), portanto como investimento (não direito), é ocidentalizada.

Em *Educação climática crítica para agentes comunitários ambiental climático da cidade do Rio de Janeiro*, Luciana Ribeiro Leda, Elienae Genésia Corrêa Pereira, Martha Macedo de Lima Barata e Clélia Christina Mello Silva Almeida da Costa buscaram avaliar a percepção e conhecimentos sobre a emergência climática de participantes de um curso de

qualificação profissional oferecido pela equipe do Laboratório de Avaliação e Promoção da Saúde Ambiental (LAPSA) do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz). O trabalho foi realizado a partir da análise de conteúdo e tematização dos textos elaborados por esses agentes em uma atividade assíncrona.

Por fim, Maryanna Oliveira Pozenato, Tanize Dias e Tatiana Walter, em *A cadeia produtiva de petróleo e gás no Brasil: interfaces com o licenciamento ambiental, impactos socioambientais e a Educação Ambiental*, investigaram a importância (e os limites) da educação ambiental como medida mitigadora e/ou compensatória no contexto do licenciamento ambiental da cadeia produtiva de petróleo e gás. Uma questão gerada pelo trabalho que animou os debates no GdP, por exemplo, foi até que ponto é possível (e coerente) questionar o próprio uso de combustíveis fósseis em ações de EA financiadas pela indústria petrolífera.

4 Questões emergentes para as pesquisas na área

Esta seção trata de destaques das discussões mais transversais que emergiram no GdP. Ela engloba reflexões realizadas pela coordenação e participantes nos dois momentos do GdP: tanto nos diálogos a partir das apresentações dos trabalhos, quanto nas reflexões mais gerais a partir das questões-chave para os estudos na área, em conexão com a pergunta orientadora do evento: *Pesquisa em Educação Ambiental, antiecológico e práxis ecológica: quais conhecimentos para qual sociedade?*.

4.1 Importância de ir além da definição pela negação

Uma primeira questão a ser destacada aqui, que foi mote de reflexão da coordenação ao longo de toda a preparação para o GdP e que também foi levantada durante os encontros, diz respeito ao próprio nome do grupo: *Pesquisa em Contextos Não Escolares*. O ponto suscitado se relacionou, especificamente, ao fato de a identidade do GdP ser definida por uma negação que, no próprio escopo dos trabalhos submetidos e aprovados para o XI EPEA, não se sustentou - já que dos onze artigos apresentados e debatidos, conforme visto, dois refletiam sobre práticas de EA em escolas (Correa; Sampaio, 2023; Ferreira; Ueno, 2023).

A Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Brasil, 1999) preconiza um olhar integrado e um processo educador permanente ao longo de toda a vida. Não por acaso, portanto, o órgão gestor da PNEA é composto tanto pelo Ministério da Educação (MEC) quanto pelo agora denominado Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA/MC). Nos desafios da gestão pública, regida pela lógica burocrática, porém, muitas vezes o ideal de cogestão se traduz em congestão. O que leva a que, na prática (tanto no nível federal, quanto no estadual e municipal), os órgãos responsáveis pela Educação tendam a se responsabilizar com exclusividade pela EA no ensino formal (seção II da PNEA) e aqueles responsáveis pelo Meio Ambiente, pela chamada EA não formal (seção III da PNEA).

Assim, é compreensível que no histórico dos EPEAs, em 2011, em sua sexta edição, tenha sido criado o GdP *Pesquisa em Contextos Não Escolares*, para dar conta dos estudos do que na PNEA se denomina como EA não formal. Eles costumam estar associados a práticas de EA mais ligadas à gestão ambiental propriamente dita, como ações em UCs, em outras áreas verdes e no licenciamento ambiental, bem como práticas de EA com público que já saiu da Educação Básica ou, quando com crianças e jovens, em contexto e horário de contraturno escolar.

Como coordenadores do GdP *Pesquisa em Contextos Não Escolares* estreantes, assumindo essa função pela primeira vez no XI EPEA, quando recebemos trabalhos voltados à EA realizada em escolas, nossa primeira reação foi perguntar à coordenação do evento como um todo se os dois trabalhos citados acima deveriam ser transferidos para o GdP que se dedica

à pesquisa no contexto escolar. A resposta da coordenação, com a qual concordamos, foi que se as autoras compreenderam, a partir da leitura do título e da ementa dos diferentes GdP, que seus trabalhos deveriam ser enviados para um debate sobre contextos não escolares, então essa decisão deveria ser respeitada. Nesse sentido, foram valorizadas muito mais as “formas de mobilização da atenção, de aquisição de habilidades, de modos de participação em comunidades de práticas” (Carvalho, 2020, p. 47-48), do que os limites impostos pelo título ou pela descrição do GdP na sua ementa.

Uma hipótese a ser levantada sobre essa escolha das autoras em submeter seus trabalhos ao GdP *Pesquisa em Contextos Não Escolares* é que eles, apesar de serem sobre ações de EA em contexto escolar, relacionavam-se a iniciativas desassociadas do currículo e da gestão escolar em si. Eles caracterizariam, assim, uma prática guiada pela abordagem e estratégias da EA não formal.

A distinção entre EA *em contexto escolar* e *em contexto não escolar*, embora faça sentido do ponto de vista da gestão pública, cada vez mais é questionada na perspectiva da epistemologia e da teoria em geral. Uma das referências que tem destacado a fluidez das fronteiras entre educação formal e não formal é Isabel Carvalho (2020), para quem a renovação da EA passa pela desnaturalização de certezas e a revisão de posicionamentos cristalizados com o tempo. E uma dessas certezas ou naturalizações é, justamente, a dicotomia criada entre a educação formal e não formal:

Essa distinção nos impede de integrar e compreender as diversas formas de aprendizagem e tem sido pouco produtiva para a EA. Penso que precisamos apostar na dissolução conceitual dessa oposição, compreendendo que as formas de aprender não se definem tanto pelo ambiente estrito da aprendizagem, mas por formas de mobilização da atenção, de aquisição de habilidades, de modos de participação em comunidades de práticas, que ocorrem tanto em ambientes formais e escolares quanto em grupos cujos aprendizados acontecem em ambientes não escolarizados (Carvalho, 2020, p. 47-48).

Interessante que essas considerações feitas por Carvalho (2020, p. 40) foram realizadas no âmbito do X EPEA, em Sergipe, em mesa redonda sobre *A pesquisa em educação ambiental em 10 anos de EPEA*, que teve o objetivo de propor um “balanço da educação ambiental e apontar os principais desafios e enfrentamentos da EA no cenário atual”. Isso é pertinente porque enuncia, explicitamente, a existência não só de um estranhamento quanto à *identidade pela negação* do grupo, o que se referiria especificamente a um GdP do EPEA, mas da necessidade de um enfrentamento mais amplo de lógicas que alimentaram o campo da EA por muito tempo e, conseqüentemente, nomeiam seus GdP, porém que agora começam a indicar seus limites.

Mais recentemente, no dia 22 de setembro de 2023, Isabel Carvalho participou da mesa *Educação Ambiental e educação climática: uma disciplina nas escolas?*, organizada pelo MMA/MC durante a Virada Sustentável em São Paulo. Lá, voltou a defender que a educação ambiental se liberte da visão do escolar (e inclusive da criação de disciplinas) como um espaço necessariamente engessado, reducionista.

Assim, terminamos esta seção deixando o questionamento se haveria outros recortes, ou outras formas de se conceber os fenômenos da EA, que seriam mais adequados às compreensões epistemológicas e teóricas mais atuais do campo, e que poderiam, conseqüentemente, nomear e orientar os GdP a partir dos próximos EPEA.

4.2 Necessidade de superar abordagens dicotômicas

Durante os diálogos do GdP, os(as) participantes ressaltaram que, muitas vezes, práticas e pesquisas em EA em contextos não escolares são realizadas em ambientes extremamente

complexos, marcadamente contraditórios. É, por exemplo, o caso da EA no licenciamento ambiental, âmbito difícil de ser enfrentado por educadores e educadoras ambientais, nos quais as assimetrias de poder são evidentes e os conflitos, inclusive psicológicos, são vivenciados diariamente. Pois que, além desse enfrentamento, pesquisadores e pesquisadoras sentem-se confrontados duramente dentro do próprio campo da EA por lógicas que partem de expectativas baseadas na pureza epistemológica das categorias teóricas existentes.

Essa tensão reflete uma questão-chave do campo de pesquisa da EA em contextos não escolares, que é o risco - no qual não raro, pesquisas em educação ambiental em geral incorrem - de tomar abstrações analíticas como realidades empíricas. Weber (1947) já nos alertava que os tipos ideais não devem ser vistos como tipos reais, e que o papel das tipologias/categorias é organizar ideias, facilitar a compreensão de fenômenos - sem, no entanto, cair na ilusão de que eles dão conta da complexidade e dos atravessamentos inerentes ao real.

Esse posicionamento de não se iludir com a (suposta) pureza epistemológica das classificações teóricas, além de reconhecer a complexidade da realidade, considera a impossibilidade de se restringir a vida às categorias que lhe são destinadas (Morin, 2005). O trabalho de objetivação (contrato tácito, inseparavelmente político e cognitivo, acerca da verificação/validação de teses e hipóteses) é a especialidade do campo científico (Bourdieu, 2004a). Ele não deve, porém, ser tomado a ferro e fogo, sob o risco de empobrecer o próprio resultado do fazer científico:

Acho inclusive que um dos obstáculos ao progresso da pesquisa é esse funcionamento classificatório do pensamento acadêmico - e político -, que muitas vezes embaraça a invenção intelectual, impedindo a superação de falsas antinomias e de falsas divisões. A lógica do rótulo classificatório é exatamente a mesma do racismo, que estigmatiza, aprisionando numa essência negativa. Em todo caso ela constitui, a meu ver, o principal obstáculo ao que me parece ser a relação adequada com os textos e pensadores do passado. De minha parte, mantenho com os autores uma relação muito pragmática: recorro a eles como “companheiros”, no sentido da tradição artesanal, como alguém a quem se pode pedir uma mão nas situações difíceis (Bourdieu, 2004b, p. 41).

Assim, entre o *dentro* e o *fora* de uma determinada categoria, que são necessariamente artificiais e arbitrários (Bourdieu, 1998), portanto, há diálogos que se estabelecem em zonas cinzentas. E a possibilidade de pertencimento mútuo não pode ser desconsiderada, justamente porque, a rigor, não existe dentro e fora. Esse trânsito livre e orgânico entre diferentes dimensões da realidade, no final das contas, é o que configura a educação ambiental como um campo eminentemente interdisciplinar (Andrade; Guimarães, 2018).

Por isso, uma questão que foi central nos diálogos do GdP se referiu à impenetrabilidade de tipologias tradicionalmente utilizadas na educação ambiental, que são, muitas vezes, incorporadas aos trabalhos de pesquisa de forma cristalizada, desatualizada e pouco crítica. Isso pode gerar, conseqüentemente, ambientes narrativos hierárquicos e maniqueístas, *estigmatizadores*, nas palavras de Bourdieu (2004b), que, por um lado, podem discriminar autores, trabalhos e grupos de pesquisa que, por exemplo, não se autodenominam como educação ambiental crítica (como foi manifestado no GdP), e, por outro lado, tendem a reduzir o necessário exercício reflexivo daqueles que assim se denominam.

Novamente, essa questão remete à discussão sobre o papel das tipologias, apresentada acima, e chama a atenção para que o campo das pesquisas em educação ambiental assuma o debate sobre o que são e para que servem tais tipologias (Andrade, 2004), colocando em dúvida aquilo que parece dado e evidente: “Só podemos produzir a verdade do interesse se aceitarmos questionar o interesse pela verdade e se estivermos dispostos a pôr em risco a ciência e a respeitabilidade científica fazendo da ciência o instrumento do seu próprio pôr-se-em-causa” (Bourdieu, 1989, p. 106).

É preciso, portanto, buscar caminhos de superação de abordagens dicotômicas, assentadas na lógica da polarização e do cancelamento, que fazem com que muitas educadoras e educadores vivenciem o campo de pesquisa em educação ambiental como um ambiente muitas vezes cruel e sem afetividade (como foi manifestado no GdP).

Uma segunda questão, porém, correlata, que emergiu no âmbito do GdP, diz respeito à relação que as práticas de Educação Ambiental em ambientes não escolares têm com o *status quo*. Ou seja, justamente por ser um espaço menos relacionado a uma burocracia consolidada (quando se comparado ao controle que a burocracia da educação tem daquilo que é realizado nas escolas), as ações de Educação Ambiental ditas não formais ficam mais vulneráveis às influências exercidas pelas origens de seus financiamentos, que podem ser variadas, e que podem determinar condicionantes e silenciamentos. Novamente, aqui, é importante convocar Bourdieu (2004b), que nos lembra que o grau de autonomia de uma ciência depende do grau de necessidade dos recursos econômicos e da disponibilidade deles para ela se concretizar.

Em outras palavras, como a Educação Ambiental em ambientes não escolares não tem fontes de financiamento públicas garantidas (que são esperadas para a EA escolar), ela é mais vulnerável em termos de independência intelectual. Historicamente, o Estado brasileiro renuncia à responsabilidade de financiamento da EA não formal, visto que os principais executores dessas ações são, em geral, privados.

Essas questões, que reverberaram também na plenária final do IX EPEA (e levaram ao reforço do reconhecimento de que espaços não escolares são necessários, pois são conquistas de lutas e precisam ser reivindicados), apontam importantes lacunas de conhecimento que podem orientar agendas de pesquisa. Entre as questões a serem investigadas, estão: são as práticas de EA em contextos não escolares, de fato, mais coagidas pelos seus contextos de realização, sobretudo relacionados ao seu financiamento? Conseguem as diretrizes de gestão ambiental atuais que preveem EA não formal (como no licenciamento ambiental e na resposta a catástrofes e crimes ambientais) garantir a independência intelectual das práticas e pesquisas que são realizadas? Como fazer para que essa independência intelectual seja garantida ou, pelo menos defendida, pelas políticas públicas?

5 Considerações finais

A edição do GdP *Pesquisa em Contextos Não Escolares* no XI EPEA, em 2024, marcou os 13 anos de existência do Grupo de Pesquisa e confirmou a diversidade de sujeitos, perspectivas e temáticas que ele engloba. Dos 11 trabalhos efetivamente apresentados e dialogados, seis tinham em comum o fato de refletirem sobre experiências de educação ambiental em determinados lugares geográficos (sendo três em unidades de conservação e três em outras áreas verdes rurais e urbanas) e cinco analisavam iniciativas, projetos e programas de educação ambiental relativas a determinadas temáticas (um sobre licenciamento ambiental, um sobre a relação infância e natureza, um sobre a chamada educação ambiental climática e dois sobre a contribuição das metodologias da chamada educação ambiental não formal para as escolas).

Esse amplo leque apresenta como ponto comum, que reivindicamos como identidade central do GdP *Pesquisa Contextos Não Escolares*, a reflexão sobre a prática (práxis), seja ela vinda da academia, do poder público ou da sociedade civil, muitas vezes realizada por aqueles e aquelas que de fato implementam as ações que estão sendo analisadas. Nesse contexto, levamos o debate sobre a denominação do GdP para a Rede EPEA, que foi acolhido pelos seus integrantes e cujo resultado poderá, ou não, levar a uma mudança para um evento no futuro.

Se esta 13ª edição do GdP *Pesquisa em Contextos Não Escolares* teve como ponto forte servir como indicativo da diversidade e riqueza das ações de educação ambiental que vem sendo realizadas nos variados e amplos territórios do Brasil, por diferentes atores sociais, por outro,

ela apontou como principal lacuna a necessidade de superação de abordagens normativas, dicotômicas. Pautar a ação pedagógica e a pesquisa resultante dela em expectativas epistemológicas de pureza cria ambientes hostis para educadores(as) e pesquisadores(as) que atuam em contextos não escolares, muitas vezes marcados por assimetrias explícitas de poder e conflitos diários, definidos, inclusive, pelas formas de financiamento dessas atividades.

Por isso, encerramos este artigo reafirmando a necessidade da busca constante do diálogo de sujeitos, saberes e abordagens no campo das pesquisas em educação ambiental, para o qual a realização dos EPEA contribui tão significativamente. Os Encontros, que se propõem interdisciplinares, cada vez mais devem ser pautados e valorizados, justamente, pelo encontro e convivência de diferenças, pela perspectiva múltipla, inclusive no que se refere à construção dos mundos que queremos, ou das sociedades, no plural.

Referências

ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ACOSTA, A. *Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento*. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

ANDRADE, D. F. de. Decolonialidade, Biocentrismo e Educação Ambiental. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 49, e133170, 2024.

ANDRADE, D. F. de.; GUIMARÃES, M. S. Implicações epistemológicas e teóricas da incorporação dos conceitos de ser mais e inconclusão na educação ambiental. *Pesquisa em Educação Ambiental*, Rio Claro, v. 13, n. 2, p. 10-25, 2018.

BLENGINI, I. A. D. *et al.* Instrumentos para a pesquisa em educação ambiental em unidades de conservação. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 11., 2023, Salvador. *Anais[...]*. Campina Grande: Realize, 2023. p. 463-475. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/105324>. Acesso em: 16 mar. 2024.

BORDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004a.

BRASIL. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 16 mar. 2024.

BRIANEZI, T.; VIANA, C. Educomunicação, bem-viver e justiça climática: sinergias potencializadoras de outros mundos possíveis (e necessários). In: Silva, D.K.M. da.; LAGO,

C. (org.). *Educomunicação e outras epistemologias*. v. 1. São Paulo: Paulus, 2023. p. 135-153.

CARVALHO, I. C. M. C. A pesquisa em educação ambiental: perspectivas e enfrentamentos. *Pesquisa em Educação Ambiental*, Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 39-50, 2020.

COCCIA, E. *Metamorfoses*. Rio de Janeiro: Dantes, 2020.

COHN, S. (org.). *Ailton Krenak*. Série Encontros. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

CORREA, M. V.; SAMPAIO, S. M.V. Plantas, artes e afetos: sementes para educações ambientais outras. *Revista Sergipana de Educação Ambiental*, São Cristóvão, v. 10, [s.n.], p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/19762/14758>. Acesso em: 16 mar. 2024.

DUTRA, D. V. S. de S.; RODRIGUES, A. C. A Educação Ambiental e As Visitas Escolares no Jardim Botânico da UFJF: O que pensam os(as) monitores(as) ambientais? In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 11, 2023, Salvador. *Anais[...]*. Campina Grande: Realize, 2023. p. 412-430. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/105324>. Acesso em: 16 mar. 2024.

ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – EPEA. *Site do Evento*. Rio Claro: UNESP, [s.d.]. Disponível em: www.epea.tmp.br. Acesso em: 17 mar. 2024.

ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – EPEA. *Site do XI EPEA*. Salvador: UFBA; Feira de Santana: UEFB, 2023. Disponível em: <https://epeabahia2023.uefs.br/o-evento/gdp>. Acesso em: 17 mar. 2024.

FARIAS, C. R. O.; CARVALHO, I. C. M. C.; BORGES, M. G. One decade of environmental education research in Brazil: trajectories and trends in three national scientific conferences (ANPEd, ANPPAS and EPEA). *Environmental Education Research*, London, v. 24, n. 10, p. 1476-1489, 2018.

FERREIRA, M. A. F.; UENO, H. M. Caminhos alternativos para a educação ambiental escolar: a importância dos espaços não formais de ensino. In ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 11, 2023, Salvador. *Anais[...]*. Campina Grande: Realize, 2023. p. 514-532. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/105324>. Acesso em: 16 mar. 2024.

FORMENTON, N.; SILVA, R.L.F. Análise de processo participativo em um Programa de Educação Ambiental sob a ótica da Complexidade e da Aprendizagem Social. *Revista Sergipana de Educação Ambiental*, São Cristóvão, v.11, p. 1-22, 2024.

GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. In: DILGUER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 175-212.

HOFSTATTER, L. J. V.; IARED, V. G. Reflexões e aprendizados sobre multissensorialidades com o mundo mais-que-humano nas áreas verdes urbanas no contexto

pandêmico brasileiro. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 11., 2023, Salvador. *Anais[...]*. Campina Grande: Realize, 2023. p. 476-496. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/105324>. Acesso em: 16 mar. 2024.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A Queda do Céu*: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

LATOUR, B. *Diante de Gaia*: Oito Conferências sobre a Natureza no Antropoceno. São Paulo: Ubu; Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2020a.

LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos*. Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: 34, 1994.

LATOUR, B. *Onde aterrar?* Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b.

LATOUR, B. *Políticas da natureza*: como fazer ciência na democracia. São Paulo: Edusc, 2004.

LEDA, L. R. *et al.* Educação climática crítica para agentes comunitários ambiental climático da cidade do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 11., 2023, Salvador. *Anais[...]*. Campina Grande: Realize, 2023. p. 533-549. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/105324>. Acesso em: 16 mar. 2024.

MAMANI, F. H. *Vivir Bien / Bien Vivir*: filosofía, políticas, estratégias y experiencias regionales. La Paz: Instituto Internacional de Integración, 2010.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 82. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NASCIMENTO, M. L. F. M. N.; GONÇALVES, P. M. Aprendizagem ao brincar: criança, natureza e povos tradicionais. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 11., 2023, Salvador. *Anais[...]*. Campina Grande: Realize, 2023. p. 497-513. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/105324>. Acesso em: 16 mar. 2024.

POZENATO, M. O. P.; DIAS, T.; WALTER, T. A cadeia produtiva de petróleo e gás no Brasil: interfaces com o licenciamento ambiental, impactos socioambientais e a Educação Ambiental (EA). In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 11., 2023, Salvador. *Anais[...]*. Campina Grande: Realize, 2023. p. 550-565. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/105324>. Acesso em: 16 mar. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RIBEIRO, A. M. O. *et al.* Proposta de implementação de uma Trilha Interpretativa na Nascente do Rio Piauí em Riachão do Dantas. *In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL*, 11., 2023, Salvador. *Anais[...]*. Campina Grande: Realize, 2023. p. 397-411. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/105324>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SOBRINHO, B. B. L. *et al.* Inclusão da comunidade de entorno por meio de projetos de educação ambiental no monumento natural Grota do Angico, Sergipe. *In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL*, 11., 2023, Salvador. *Anais[...]*. Campina Grande: Realize, 2023. p. 541-462. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/105324>. Acesso em: 16 mar. 2024.

TRAJBER, R.; BRIANEZI, T.; BIASOLI, S. *Diretrizes de educação ambiental climática*. São Carlos: FunBEA, iCS e Cemaden Educação, 2023. Disponível em: https://www.funbea.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Relatorio_EA-na-EC_DiretrizesEducacaoAmbientalClimatica.pdf. Acesso em: 17 mar. 2024.

TUKANO, D. No coração das fronteiras do humano. *In: LIMA, M. B. de (org.). Oboré: quando a Terra fala*. São Paulo: Tumiak/Instituto Arapoty, 2022. p. 46-56.

WEBER, M. *The theory of social and economic organization*. New York: Oxford University, 1947.

XACRIABÁ, C. Só sabe ser humano quem sabe ser natureza. *In: LIMA, M. B. de (org.). Oboré: quando a Terra fala*. São Paulo: Tumiak/Instituto Arapoty, 2022. p. 14 -27.

YXAPYRY, K. Reflorestando mentes para a cura do planeta. *In: LIMA, M. B. de (org.). Oboré: quando a Terra fala*. São Paulo: Tumiak/Instituto Arapoty, 2022. p. 86-101.